

“NÃO SABEMOS LIDAR COM ESTAS COISAS DE LGBT!”: reflexões sobre a formação de educadores a partir de uma experiência de intervenção em Psicologia Escolar

“WE DON'T KNOW HOW TO DEAL WITH THIS LGBT STUFF!”: reflections on the educators training based on an intervention experience in School Psychology

*Rodrigo Toledo**



Imperatriz (MA), v. 8, e0826265, jan./dez. 2026.
ISSN 2675-0805

Recebido em: 26 de julho de 2025
Aprovado em: 10 de março de 2026

Resumo:

O presente relato de experiência trata da descrição e reflexão sobre um projeto de intervenção em Psicologia Escolar realizado em uma escola pública estadual paulista. O objetivo do referido projeto se baseava em promover discussões sobre gênero e sexualidade e suas implicações no processo de escolarização. Adotamos como metodologia de trabalho a realização de reuniões de alinhamento e dez encontros reflexivos que visavam discutir temas como: relações interpessoais, diferentes formas de apreensão da realidade, construção de julgamentos alicerçados em compreensões preconceituosas e discriminatórias, escola como espaço de garantia e defesa de direitos, naturalização das violências, papéis sociais, identidade de gênero, orientação sexual e linguagem não binária. Ao final do trabalho, foi elaborada uma Carta de Compromisso com propostas de reorganização de práticas e construção de estratégias de enfrentamento às violências produzidas na escola. Concluímos que o trabalho realizado permitiu aos participantes refletir, elaborar e planejar estratégias comprometidas com o reconhecimento e a valorização da diversidade que nos constitui enquanto sociedade.

Palavras-chave: Escola. Diversidade. Intervenção Psicológica. Psicologia Escolar. Trabalho Docente.

* Doutor em Educação: Psicologia Escolar. Professor USCS e PUC-SP. São Paulo. rtoledo@pucsp.br.

Abstract:

This experience report describes and reflects on a school psychology intervention project carried out in a state school in São Paulo. The project aimed to promote discussions about gender and sexuality and their implications for the schooling process. The methodology adopted was to hold alignment meetings and ten reflective meetings aimed at discussing topics such as: interpersonal relationships, different ways of understanding reality, the construction of judgements based on prejudiced and discriminatory understandings, the school as a space for guaranteeing and defending rights, the naturalisation of violence, social roles, gender identity, sexual orientation, and non-binary language. At the end of the work, a Letter of Commitment was drawn up proposing reorganisation practices and building strategies to confront the violence produced at school. It was concluded that the work carried out allowed participants to reflect, develop, and plan strategies committed to recognising and valuing the diversity that constitutes us as a society.

Keywords: School. Diversity. Psychological intervention. School Psychology. Teaching Work.

Introdução

A expressão que serve como título para este relato de experiência foi proferida por uma diretora escolar ao compartilhar a queixa escolar que deu origem ao projeto de intervenção em Psicologia Escolar, desenvolvido em colaboração com estudantes do curso de Psicologia de uma universidade privada da região metropolitana de São Paulo. Assim, este relato tem como objetivo problematizar os desafios constitutivos do processo de construção de práticas em Psicologia Escolar sustentadas por uma perspectiva crítica de atuação profissional e que enfrentem a lógica cisheteronormativa presente em nossa sociedade.

As palavras da educadora tiveram forte repercussão, pois evidenciaram que a demanda, além de complexa, se insere em um campo de disputas marcado pela agenda conservadora recente, convocando à reflexão sobre a práxis psicológica e sua dimensão política.

Entre 2018 e 2022, atravessamos um período caracterizado por contínuos ataques à democracia, enfrentamos um projeto de desconstrução de políticas públicas e direitos sociais e um retrocesso de ideias e valores. Foi uma tarefa árdua. A democracia que conhecemos “foi resultado das lutas sociais contra o autoritarismo e as mais diversas formas de desigualdades e violências praticadas em defesa da propriedade, do lucro e da liberdade”, como afirma o editorial do Jornal “Pensar a Educação em Pauta”, publicado em 2019.

O mesmo editorial destacou a necessidade de “reinventar a democracia”. Em nossa perspectiva essa “reinvenção democrática” pode ser alcançada por meio de práticas educacionais éticas e estéticas que incorporem um projeto político, social e cultural que seja radicalmente laico, democrático, igualitário, antirracista, anti-LGBTfóbico, anti-machista, anti-capacitista e que promova a defesa da vida de todas as pessoas.

É extremamente desafiador perceber que, neste momento histórico, ainda precisamos defender a bandeira da vida. Em especial, a bandeira da vida de pessoas LGBTQIA+, especialmente quando nos deparamos com dados aterradores, como apresentam os relatórios da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA, conforme indica Benevides (2025) e do Grupo Gay da Bahia – GGB, sistematizado por Oliveira e Mott (2025). Pensamos que, diante de tal cenário, é fundamental repensarmos a nossa prática como profissionais da educação.

Quando pensamos no cotidiano escolar, é impossível não observar que o preconceito afeta todos os membros da comunidade educacional. Torres (2013) adverte que, enquanto não reconhecermos o preconceito como um sistema que influencia as relações educacionais em toda a comunidade escolar, continuaremos buscando a homofobia nas pessoas. O autor destaca que, no contexto escolar, em ações contra qualquer forma de discriminação, é crucial reiterar que as diferenças relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual são direitos a serem reconhecidos.

Desde estudos, como os de Bento (2011), Venturi (2011) e Ramos (2019), verificam-se os inúmeros problemas enfrentados pelos estudantes LGBT no campo educacional em todo o país. Autores como Toledo (2018; 2021), Oliveira Junior e Maio (2019) e Lima et al. (2019) destacam em suas pesquisas que esses desafios são marcados por experiências contínuas de humilhação, evasão escolar e ausência de apoio pedagógico.

Dessa maneira, entendemos que é fundamental construirmos práticas que recusem qualquer forma de violência na direção da “população” LGBTQIA+, evitando a reprodução da lógica violenta que sustenta as relações sociais na atualidade. Por isso, compreendemos que uma atuação profissional baseada no emprego de termos como “dar voz”, “falar por eles/elas”, “empoderar” e outras expressões similares, na realidade, constitui uma maneira disfarçada de perpetuar violências. É crucial que estejamos extremamente atentos/as às concepções subjacentes a tais expressões.

Contudo, compreendemos que a escola pode constituir um espaço privilegiado para a luta contra a homofobia e a eliminação do tratamento diferenciado e desigual, fundamentado em hierarquias de gênero e orientação sexual. Essa abordagem tem em vista a erradicação de práticas opressivas e a promoção da inclusão social.

Com base nesses princípios e na defesa de ações essenciais de cuidado e acolhimento, foi implementado um projeto de intervenção que originou o relato de experiência apresentado a seguir.

O desenvolvimento do projeto de intervenção

O relato aqui exposto refere-se a uma experiência de intervenção em Psicologia Escolar vivenciada por um grupo de estudantes do último ano do curso de Psicologia, de uma instituição privada de ensino da região metropolitana de São Paulo. As atividades foram desenvolvidas em uma escola da rede pública estadual

de São Paulo. A instituição atendida caracteriza-se por ter alto índice de evasão escolar e grande rotatividade de professores.

Ao combinarmos com a equipe gestora como o trabalho seria realizado, a queixa apresentada era de que os professores estavam vivenciando dificuldades em manejar as demandas dos estudantes sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Na preparação para iniciar as atividades, notamos que um dos principais obstáculos estava relacionado à concepção de ser humano e de mundo que vigorava entre os profissionais da unidade escolar.

Por isso, nosso primeiro passo foi estudarmos textos como os de Viana (2016), Pessoa, Pereira e Toledo (2017), Machado e Sayão (2017), Oliveira, Ramos e Souza (2020) e Toledo (2021), que argumentam que a escola, muitas vezes, não tem sido um espaço favorável àqueles que pretendem transformar a realidade escolar, em especial, no que se refere às diversas formas de as pessoas serem e se expressarem no mundo.

Pessoa, Pereira e Toledo (2017) destacam que nossa história e cultura estão assentadas em uma linguagem machista, sexista, misógina e homofóbica que se expressa por meio de discursos violentos, que vitimam os sujeitos sexuais marginalizados, uma vez que estes têm suas imagens desvalorizadas, e que ensejam um clima favorável à prática de violências de todo tipo em diversos lugares, inclusive na escola.

E essas violências se mostraram em nosso campo de atuação. Entre os relatos da equipe gestora da escola atendida sobre os dilemas vividos na unidade, um deles nos chamou a atenção, que se mostrou em uma frase dita pela diretora: “*Não sabemos lidar com estas coisas de LGBT!*”.

No meio de uma longa conversa para tentarmos compreender o que isso significava, a diretora conseguiu explicitar que os estudantes “demonstram sua sexualidade abertamente e não sabemos como lidar com tal situação!” (sic).

Gradualmente, a gestora conseguiu expor que muitos professores e outros trabalhadores da unidade não sabiam como conduzir situações que exigiam mediação em temáticas que tangenciavam questões que envolviam expressão de gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

Com muito cuidado, apontamos os equívocos comumente associados a esses conceitos, em especial, procurando explicar, de forma sintética, as diferentes dimensões que compõem o campo de gênero e sexualidade. Nessa conversa, com o aval da equipe gestora, reconhecemos que seria necessário debater e construir estratégias para que toda a equipe escolar pudesse se apropriar de conhecimentos básicos que envolvessem diversidade, sexualidade e direitos humanos.

Delineou-se, assim, um projeto de intervenção inspirado na proposta Plantão Institucional de Machado e Sayão (2017). As autoras explicam que em um projeto como esse

o trabalho de formação/intervenção realizada pelo Plantão Institucional planeja incidir, principalmente, sobre as representações, crenças e valores materializados nas formas de agir e pensar, permeando atividades de cuidado e educação (Machado; Sayão, 2017, p. 159).

As autoras defendem que o Plantão Institucional deve

operar mudanças nas concepções e práticas utilizadas pelos profissionais [...] buscando a reflexão/compreensão dos problemas trazidos e a ampliação do repertório de estratégias utilizadas no enfrentamento dessas dificuldades, tudo com vistas à melhoria do atendimento à criança e ao adolescente (Machado; Sayão, 2017, p. 160).

É no mínimo curioso pensarmos que a escola, instituição social cujo papel central é transmitir às novas gerações os conhecimentos acumulados pela humanidade, com vistas ao cuidado e à melhoria do mundo, seja uma instituição que se reduza a reproduzir as coisas como são, como defendiam Bourdieu e Passeron (1992) nos anos 1970.

Embora saibamos que as ideologias neoliberais estejam em franca operação, recusamo-nos a aceitar que a ordem das coisas não deva ser contestada e alterada. Sabendo que os trabalhadores da escola, sozinhos, não conseguem reconhecer as ideologias que podem levá-los a aceitar as estruturas sociais como verdades, entendemos que a Psicologia, como ciência e profissão, tinha contribuições a oferecer.

Nessa direção, discutimos as determinações que podem impedir os professores de refletirem sobre suas práticas: valores, crenças, concepção de ser humano e mundo; trabalho precário e intensificado; e, na situação específica, a cisheteronormatividade, fortemente entranhada na cultura e nas subjetividades daquele grupo.

Na prática, na mesma medida em que a diretora expunha os desafios vivenciados pela equipe escolar, compreendíamos que, para aquele grupo, qualquer comportamento cultural que não fosse normativo e binário não era (re)conhecido como possível e válido. Do ponto de vista simbólico, a hegemonia da cisheteronormatividade, como aponta Jardim (2016), opera como padrão e como imposição oculta, já que não é explicitamente imposta ou defendida, mas aparece sob a forma de “não-saber o que fazer com os diferentes”. Esse “não-saber” indica indícios de uma imposição cultural que precisava ser desconstruída.

A partir dessa leitura, a equipe de trabalho — estudantes e professor orientador —, então, desenharam uma proposta de intervenção para dois grupos de professores: um que lecionava no período matutino; e outro, no noturno. O programa dos encontros inspirou-se na técnica do Encontro Reflexivo, conforme propõem Szymanski e Szymanski (2014, p. 12):

O Encontro Reflexivo é uma prática de que se pode lançar mão sempre que houver uma demanda de um grupo de pessoas que desejam buscar soluções e alternativas para questões comuns e significativas de sua existência. Um grupo de pais e mães, por exemplo, deseja buscar alternativas de práticas educativas para seus filhos, professores almejam descobrir modos de lidar melhor com a indisciplina, gestores procuram compreender dificuldades para uma ação coordenada da equipe ou desejam implantar mudanças administrativas, jovens querem pensar nas suas escolhas profissionais. Os exemplos podem se multiplicar

indefinidamente, tanto no trabalho em instituições de saúde ou educacionais, organizações comunitárias, empresas e onde quer que grupos se organizem para debater questões de importância para eles.

Para as autoras, as atividades coletivas proporcionam “um ambiente propício para se narrar experiências, ouvir a si mesmo, o outro, reconhecer o impacto das próprias ideias no outro, entre pessoas que vivem situações semelhantes” (Szymanski; Szymanski, 2014, p. 12).

Para tanto, foram lidos e discutidos casos de ensino elaborados por Merseth e colaboradores (2018), que foram publicados no livro *Desafios reais do cotidiano escolar brasileiro: 22 dilemas vividos por diretores, coordenadores e professores em escolas de todo o Brasil*.

Os casos de ensino foram escolhidos, uma vez que:

são compreendidos como tendo capacidade para ampliar o diagnóstico de problemas que atravessam o cotidiano da escola, bem como para estimular a ação dos professores no sentido de analisar e prospectar alternativas de enfrentamento a questões desafiadoras que permeiam a escola e o ensino (Pessoa; Farias, 2021, p. 2).

Pesquisadores que utilizam os casos de ensino em suas práticas de formação concordam com as autoras, pois o trabalho com casos de ensino comumente

revisita dilemas e/ou tensões que exigem exploração e prospecção de alternativas de resolução das situações presentes no cotidiano escolar, gerando empatia e aproximações emocionais importantes para o desenvolvimento profissional dos docentes (Pessoa; Farias, 2021, p. 2).

Como os casos de ensino são recortes da realidade e apresentam um foco específico, podem ser analisados pelos participantes sem a intenção de encontrar respostas e soluções, mas, sobretudo, para contribuir para o repensar das situações difíceis que transitam no fazer docente e que geram reflexões e discussões importantes para novas possibilidades de aprendizagem sobre a atuação profissional, como destacam Pessoa e Farias (2021).

O projeto de intervenção e suas etapas

A partir desse arcabouço técnico e teórico, definiu-se que realizaríamos alguns encontros com o grupo de professores nas reuniões de horário pedagógico coletivo. Foram planejadas doze reuniões ao longo de um semestre letivo, sendo seis com o grupo de professores do horário matutino e seis com os professores do horário noturno.

O primeiro encontro com os dois grupos teve como foco a apresentação da equipe de estudantes, a síntese das reuniões com a equipe gestora, a apreciação da proposta de trabalho para os próximos cinco encontros e a construção dos combinados sobre os temas, os dias e a duração de cada um dos encontros. Reforçamos que a intervenção tinha como eixo estruturante rever as “as práticas, o trabalho, as formas de pensar e representar os atores e os

acontecimentos do cotidiano, as possibilidades e limitações [da instituição] e a expectativa pessoal e social em relação ao próprio trabalho”, como apontam Machado e Sayão (2017, p. 160).

Após o aceite dos grupos — destacando que as estratégias eram similares tanto para o grupo matutino quanto para o grupo noturno —, os encontros foram realizados da seguinte forma, como indica o Quadro 01.

Quadro 01 – Síntese dos Encontros realizados

Nº ENCONTRO	OBJETIVO E CONTEÚDO DO ENCONTRO
Encontro 01	Apresentação do projeto de intervenção e combinados para os encontros
Encontro 02	Apresentamos no dia do encontro o caso de ensino “ <i>O papel dos afetos no cotidiano escolar</i> ” de Merseith (2018), a partir do qual se realizou um debate sobre as relações interpessoais e os desafios para construção de relações de confiança e colaboração.
Encontro 03	Foi utilizado o caso de ensino “ <i>Quando professor e aluno têm visões de mundo conflitantes</i> ” de Merseith (2018), que deu suporte a uma discussão coletiva sobre as diferentes formas de apreensão da realidade e construção de julgamentos alicerçados em compreensões preconceituosas e discriminatórias.
Encontro 04	Debatemos o caso de ensino “ <i>Bullying em sala de aula e a postura do professor</i> ” de Merseith (2018) e construímos reflexões sobre a escola como espaço de garantia e defesa de direitos e a naturalização das violências.
Encontro 05	Sistematizamos as reuniões com o caso de ensino “ <i>Um coletivo feminino e seus desdobramentos na escola</i> ” de Merseith (2018), com a intenção de provocar o grupo a dialogar sobre papéis sociais, identidade de gênero, orientação sexual e linguagem não binária.
Encontro 06	No último encontro com cada grupo, foi rascunhada uma “Carta de Compromisso”, inspirada em Rezende, Oliveira e Gomes (2013) para que todos os atores escolares pudessem repensar suas práticas e construir estratégias de enfrentamento às violências produzidas cotidianamente na escola.

Fonte: Toledo, 2025.

Análise dos desafios e as implicações na realidade escolar

Ao longo do semestre letivo, foram se mostrando evidentes as dificuldades de alguns professores para articularem mudanças nas atitudes e nos discursos naturalizados e preconceituosos sobre alguns temas. Os momentos que exigiam que os professores revisitassem os fundamentos de seus argumentos e valores, que estavam quase sempre alicerçados em compreensões preconceituosas sobre diversidade sexual e formas de expressão das identidades de gênero, foram muito desafiadores para a equipe de estudantes, que tiveram dificuldades em intervir nas crenças e representações dos docentes.

Deparamo-nos com situações em que professores não se disponibilizavam para a leitura e para o debate em grupo dos casos de ensino. Ocorreram situações em que alguns professores se mostraram visivelmente sonolentos ou demonstravam resistência às questões apresentadas pelos alunos. Ao analisarmos tais problemas com a equipe gestora da escola, chegamos à conclusão de que esses comportamentos de alguns educadores não se referiam a uma resistência direta ao

trabalho que estávamos desenvolvendo, mas a questões relativas ao clima escolar, que precisavam ser encaminhadas e tratadas pela própria equipe de gestão.

Em meio a algumas dificuldades, ao final do processo, os professores passaram a compartilhar os avanços que conseguiram perceber nas próprias concepções e práticas quando se viram disponíveis, por exemplo, para acolher o nome social dos estudantes e compreender as diversas identidades e expressões de gênero e o quanto isso é fundamental para respeitar a diversidade humana. Nesse sentido, outros professores também se sentiram à vontade para admitir suas dificuldades em compreender a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas passaram a demonstrar maior criticidade ao reconhecerem as próprias limitações e visões centradas na cisheteronormatividade.

Outro relato importante feito por alguns professores foi que a reflexão sobre os desdobramentos das vivências de preconceito e discriminação na subjetividade permitiu que compreendessem as suas próprias dificuldades e, assim, revissem suas posturas marcadas por discriminação em várias esferas da vida, ultrapassando os aspectos profissionais.

No encerramento dos trabalhos, alguns professores — de ambos os períodos — afirmaram que os encontros foram marcados por uma atitude de abertura a novos conhecimentos e de ampliação dos saberes que já possuíam, o que em sua avaliação só foi possível, porque vivenciaram experiências que fizeram com que não se sentissem julgados e se sentiram livres para perguntar e expor suas dúvidas e pensamentos, de modo que avaliaram positivamente os encontros, assim como apontam Szymanski e Szymanski (2014) como expectativa para as ações desenvolvidas nos encontros de Grupos Reflexivos.

Essas percepções foram validadas na reunião de fechamento que realizamos com a equipe gestora. Na ocasião, a equipe gestora afirmou que as intervenções desenvolvidas foram imprescindíveis para o amadurecimento das práticas escolares, no que tange às temáticas de gênero, sexualidade e preconceito.

Uma conquista importante foi o compromisso delineado pela Carta Compromisso. A equipe decidiu manter um espaço contínuo de discussão interna que privilegiasse o debate e a articulação dos temas trabalhados, entendendo-os como questões de natureza pedagógica, uma vez que, antes da intervenção começar, as questões de gênero e sexualidade eram entendidas por esse grupo como um problema de ordem psicológica.

Com esses encaminhamentos, verificamos que a construção da Carta Compromisso, como apontam Rezende, Oliveira e Gomes (2013, p. 49), “legitimam a força da experiência vivida na medida em que observam uma transformação de seu cotidiano, amplificando os momentos e a qualidade das reflexões engendradas”, reforçando, dessa maneira, que o uso da carta incentivou “um trabalho participativo que prevê instituir olhares e práticas transformadoras, pautado em uma Psicologia que busca a potência do outro” (Rezende; Oliveira; Gomes, 2013, p. 47).

Ao superar uma visão medicalizante e cisheteronormativa das identidades humanas, parte do grupo da escola atendida passou a questionar a visão naturalizante e fixa que tinham das questões de gênero e sexualidade. Além disso, ao aceitar que as identidades humanas e as suas múltiplas formas de expressão

variam ao longo do tempo e não têm nada de fixas, de essenciais ou de naturais, entenderam serem temas curriculares, que precisam ser discutidos e trabalhados com todos os estudantes, como apontam Lima et al. (2019).

Acrescentamos que não nos surpreendeu que a equipe da escola apresentasse as dificuldades relatadas, pois, com a retirada das questões de gênero e sexualidade dos planos nacional, estaduais e municipais de educação (em vigor), seria questão de tempo para tais questões ficarem em relevo nas escolas, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Sem o devido preparo na formação inicial e continuada, como afirmam Pessoa, Pereira e Toledo (2017), os professores se sentem despreparados e impotentes para enfrentarem situações voltadas ao tema gênero e sexualidade, assim como não se apropriam dos conhecimentos e das ferramentas necessárias para educar, prevenir e agir em casos de violência e humilhação social cometidas contra pessoas LGBTQIA+.

Ainda que a agenda conservadora tente impor a cisheteronormatividade, a diversidade sexual e de gênero pulsa viva na escola, como defendem Pessoa, Pereira e Toledo (2017). E é nesse cenário que a Psicologia Escolar e Educacional pode e deve agir, ou seja, as nossas ferramentas e conhecimentos, enquanto profissionais desse campo, podem estimular o cuidado ético-político em torno dos temas diversidade, diferença, inclusão, gênero e sexualidade no currículo escolar.

Advertimos, contudo, que tratar desses temas como currículo não significa reduzir o trabalho educativo à formação de sujeitos que respeitam e acolhem as diferentes identidades, expressões de gênero e orientações sexuais. Ninguém deve ser violentado — simbólica e/ou fisicamente —, ou morto por ser quem é. Também não concordamos, como Toledo (2024), que as intervenções em Psicologia Escolar e Educacional devam ser terapêuticas, voltadas ao atendimento clínico individual (no contexto escolar, para ficar bem explicado) dos sujeitos que são vítimas da LGBTQIA+fobia, pois o foco das práticas deve ter a convivência, a permanência e a aprendizagem como objeto das intervenções.

Sendo assim, nossas práticas psicológicas no contexto escolar precisam se comprometer com o questionamento das relações institucionais, das atividades discursivas, com o desvelamento das significações atribuídas aos diferentes modos de viver, aponta Toledo (2024). Para além da informação, nosso desafio é pensar em teorias, métodos e práticas que nos permitam — e aos educadores e estudantes — analisar, compreender e difundir conhecimentos sobre gênero e sexualidade.

O trabalho com os casos de ensino na escola nos fez conceber este texto e estas reflexões, enquanto nos apontou um caminho que nos fez (re)pensar o trabalho em contextos escolares e educacionais, enquanto exploramos juntos o que não sabíamos, para concebermos outros modos de pensarmos e outros modos de sermos humanos.

Considerações Finais

A partir desta experiência, reafirmamos a relevância de desenvolver intervenções em Psicologia Escolar e Educacional orientadas por ações contínuas, contextualizadas e articuladas às demandas cotidianas da escola. Tal perspectiva

possibilita a construção de práticas comprometidas com a transformação da realidade escolar, o que implica reconhecer que as práticas psicológicas, ao incidirem sobre relações institucionais e modos de convivência, possuem uma dimensão política. Nesse sentido, observamos que os participantes ampliaram seus olhares acerca dos desafios por eles explicitados e, de forma coletiva, construíram estratégias para seu enfrentamento.

A experiência desenvolvida na escola atendida instigou, ainda, a reflexão sobre o processo de constituição de uma postura crítica, capaz de orientar a ação profissional e cidadã em direção a práticas ancoradas em uma perspectiva crítica e libertadora. Tal orientação visa à redução de violências, sofrimentos e exclusões na convivência social.

Como limitações deste relato de experiência, destacamos que a intervenção foi desenvolvida com dois grupos específicos de professores, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados para outros contextos escolares ou para grupos com diferentes configurações institucionais. Ademais, a metodologia adotada, inspirada na técnica do Encontro Reflexivo e centrada na leitura e discussão de casos de ensino, privilegiou processos de reflexão coletiva e produção de sentidos, não tendo como objetivo a mensuração sistemática de impactos ou mudanças de longo prazo nas práticas docentes. Dessa forma, os resultados devem ser compreendidos como situados e exploratórios, indicando possibilidades de atuação e reflexão, mas demandando investigações futuras com delineamentos complementares, maior diversidade de participantes e acompanhamento longitudinal.

Independentemente das limitações apresentadas, concluímos ser essencial que os profissionais da educação se comprometam com a formação de pessoas com direitos, capazes de reavaliar suas práticas diárias e assumir responsabilidades pela efetivação dos valores democráticos e de justiça, como apontam Fernandes e Candau (2017). Esse compromisso se fortalece à medida que se reconhece e se valoriza a diversidade constitutiva dos sujeitos e das instituições escolares.

Referências

BENEVIDES, B. G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, 19(2), 549-559, 2011.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

EDITORIAL: Educação e cidadania sob ataque! [Editorial]. **Jornal Pensar a Educação em Pauta**. 7 (227), 2019. Disponível em: <http://pensaraeducacao.com.br/ano-7-no-227-sexta-feira-08-de-marco-de-2019/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

FERNANDES, Y. S.; CANDAU, V. M. F. Direito à qualidade da educação e educação em direitos humanos: inter-relações e desafios. **Educação**, v. 40, n. 1, p. 2-9, janeiro–abril, 2017.

JARDIM, J. G. Deveriam os estudos queer falar em cis-heteronormatividade? reflexões a partir de uma pesquisa sobre performatividade de gênero nas artes marciais mistas femininas. *In*: **4.º seminário internacional de educação e sexualidade; 2.º encontro internacional de estudos de gênero: fundamentalismos e violências**. Vitória-ES, 2016. Disponível em: http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467327007_ARQUIVO_Jardim_CisH_eteronormatividade.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

LIMA, E. et al. Gênero, Sexualidade e Currículo: problematizando a permanência de alunos LGBTTI na escola. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, 5(4), 2019.

MACHADO, A. M.; SAYÃO, Y. Plantão institucional em tempos difíceis: uma prática psi no campo da educação, p. 159 – 172. *In*: **Concepções e proposições em Psicologia e Educação**. São Paulo: Blucher, 2017

MERSETH, K. K. **Desafios reais do cotidiano escolar brasileiro: 22 dilemas vividos por diretores, coordenadores e professores em escolas de todo o Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Instituto Península: Fundação Santillana; Moderna, 230p. 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, I. B. de; MAIO, E. R. Não veja, ouça ou fale: zarus presentes nos discursos docentes sobre diversidade sexual e homofobia. **Educação**. Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 96, 6 maio 2019.

OLIVEIRA, B. C.; RAMOS, V. R. L.; SOUZA, V. L. T. Parceira crítica: possibilidades de atuação em Psicologia Escolar. *In*: MARINHO-ARAÚJO, C. M., TEIXEIRA, A. M. B. (org.). **Práticas exitosas em Psicologia Escolar Crítica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2020.

OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. (orgs). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2024**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2025. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGBT-release-20-jan.-2024.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

PESSOA, A. R.; FARIAS, I. M. S. DE. Resenha da obra de Katherine Merseth, **Desafios reais do cotidiano escolar brasileiro**. **Roteiro**, v. 46, 11 jun. 2021.

PESSÔA, L. C.; PEREIRA, R.; TOLEDO, R. Ensinar gênero e sexualidade na escola: desafios para a formação de professores. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 2, n. 3, jan. 2017.

RAMOS, R. F. **Marcas da LGTBfobia na escola: análise de histórias orais de alunos/as GBTT em uma escola da periferia de Fortaleza**. 2019. 151 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em humanidades). Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

REZENDE, P. C. M.; OLIVEIRA, L. G.; GOMES, L. R. S. Cartas reflexivas: um recurso de intervenção em psicologia educacional. **Psicol. Educ.**, São Paulo, n.37, p. 43-50, dez. 2013.

SZYMANSKI, H.; SZYMANSKI, L. O encontro reflexivo como prática psicoeducativa: uma perspectiva fenomenológica. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 19, n. 1, p. 09-22, 2014.

TOLEDO, R. A Psicologia Vai à Escola: Aportes para a Implementação da Lei 13.935/2019. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 12, n. 22, p. 101-119, 2024.

TOLEDO, R. **Homofobia e Heterossexismo na Escola**: um estudo sobre significações de professores gays que atuam na educação básica. 2018. 191 p. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados Educação: Psicologia da Educação, 2018.

TOLEDO, R. Significações de professores gays sobre violências homofóbicas e suas formas de enfrentamento na escola. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 12, n. 23, 2021.

TORRES, M. A. A diversidade na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola. **Cadernos de Diversidade**. 2^a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. UFOP, 2013.

VENTURI, G. Da construção dos dados à cultura da intolerância às diferenças. *In*: VENTURI, G.; BOKANY, V. (org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 175–189, 2011.

VIANA, M. N. Interfaces entre a Psicologia e a Educação: Reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. *In*: FRANCISCHINI, R.; VIANA, M. N. **Psicologia Escolar**: que fazer é esse?. Brasília: CFP, 2016.